

A Província de Sergipe retratada na Imprensa da Corte (1831-1840)

Regina da Silva Batista*

Carlos de Oliveira Malaquias**

RESUMO

O presente artigo analisa a representação da província de Sergipe na imprensa da Corte do Rio de Janeiro durante o período regencial (1831–1840). O estudo fundamenta-se na Nova História Política e na história da cultura escrita, utilizando os conceitos de "político" de René Rémond e de "representação" de Roger Chartier para compreender os jornais não apenas como fontes de informação, mas como arenas de disputa e construção de realidades. A pesquisa mapeia as menções à província nos periódicos *Sete d'Abril* (de orientação liberal moderada) e *Diário do Rio de Janeiro* (de perfil informativo e conservador), investigando como Sergipe, unidade recém-emancipada da Bahia, era visibilizada no debate público da capital imperial. A metodologia consistiu em um levantamento quanti-qualitativo na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com posterior catalogação sistemática no software Zotero. Os resultados preliminares indicam que a imagem de Sergipe na Corte foi moldada por eixos temáticos que envolveram a administração pública, conflitos pelo poder local — como a Revolta de Santo Amaro e a atuação dos partidos "Rapinas" e "Camundongos" — e a dinâmica econômica açucareira. Conclui-se que a imprensa fluminense atuou como peça-chave na integração de Sergipe ao tabuleiro político nacional, filtrando as tensões locais sob a ótica da manutenção da ordem e da unidade do Império.

Palavras-chave: Sergipe; Imprensa da Corte; Período Regencial; Representação Política; História da Mídia.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of the province of Sergipe in the press of the Court of Rio de Janeiro during the Regency period (1831–1840). The study is grounded in New Political History and the history of written culture, utilizing René Rémond's concepts of "the political" and Roger Chartier's notion of "representation" to understand newspapers not merely as sources of information, but as arenas for dispute and the construction of social realities. The research maps mentions of the province in the periodicals *Sete d'Abril* (moderate liberal orientation) and *Diário do Rio de Janeiro* (informative and conservative profile), investigating how Sergipe—a unit recently emancipated from Bahia—was made visible in the public debate of the imperial capital. The methodology consisted of a quanti-qualitative survey in the Digital Newspaper Library of the National Library of Brazil, followed by systematic cataloging using Zotero software. Preliminary results indicate that Sergipe's image at the Court was shaped by thematic axes involving public administration, local power struggles—such as the Santo Amaro Revolt and the actions of the "Rapinas" and "Camundongos" parties—and the dynamics of the sugar economy. The study concludes that the press in Rio de Janeiro acted as a key element in integrating Sergipe into the national political landscape, filtering local tensions through the lens of maintaining order and the unity of the Empire.

Keywords: Sergipe; Court Press; Regency Period; Political Representation; Media History.

***Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe.**

Email: regina123@academico.ufs.br

****Professor do departamento de história da Universidade Federal de Sergipe**

Email: carlos.malaquias@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O período regencial (1831–1840) consolidou-se na historiografia brasileira não apenas como um interregno entre dois reinados, mas como um momento decisivo na consolidação do Estado Imperial. Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, o Brasil enfrentou uma reconfiguração do poder institucional que desencadeou disputas intensas em torno da centralização administrativa e da autonomia das províncias. Como define Marco Morel (2003), a Regência foi um "grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais", um período de experimentação onde o conceito de nação foi questionado com a realidade do conflito e da urgência.

Nesse cenário político, a elite brasileira viu-se obrigada a adaptar os ideais liberais europeus à realidade de uma economia agrária, escravista e clerical. Ser liberal no Brasil pós-Independência significava, primordialmente, conservar as liberdades adquiridas entre 1808 e 1822, liberdade de comércio e representação política sem, contudo, ameaçar a estrutura do latifúndio e da escravidão. A inexistência de uma burguesia industrial ou de um capitalismo plenamente desenvolvido fez com que o liberalismo brasileiro fosse filtrado por interesses aristocráticos que temiam, acima de tudo, a fragmentação territorial e as insurreições populares. (Ladeira; 2017)

A reforma constitucional de 1834, o Ato Adicional, representou o ápice desse esforço descentralizador. Ao criar as Assembleias Legislativas Provinciais e instituir a Regência Una, o Império viveu o que Marcello Basile (2009) denomina como uma "experiência republicana" em solo monárquico. Todavia, essa abertura gerou tensões profundas. A autonomia conferida às elites provinciais alimentou rivalidades locais e revoltas de caráter federativo, como a Farroupilha e a Cabanagem. O desgaste do governo de Diogo Antônio Feijó e a percepção de uma "anarquia" iminente propiciaram a rearticulação das forças conservadoras, culminando no movimento do Regresso. Sob a liderança de Araújo Lima, o projeto centralizador foi reafirmado com a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), que restringiu a autonomia das províncias e devolveu o controle judicial e policial ao centro político no Rio de Janeiro.

Para compreender este cenário, esta pesquisa ancora-se na renovação da História Política, conforme os pressupostos de René Rémond (2003). O autor propõe a superação do foco exclusivo nas instituições estatais para investigar o "político" como o terreno onde se



articulam as dimensões econômicas, sociais e culturais. Nesse quadro, os jornais deixam de ser vistos como meros receptáculos de informações para serem compreendidos como arenas de luta. A mídia torna-se um instrumento político central, capaz de selecionar informações, manipular narrativas e construir um vocabulário intencional voltado a influenciar a *opinião pública*.

No Brasil regencial, a imprensa ocupava o papel de um verdadeiro "fio condutor" entre a Corte e o "corpo" do Império. Como observa Morel, o Rio de Janeiro detinha um espaço privilegiado nas narrativas da época; era o centro irradiador de decisões que repercutiam em todo o território. Analisar os periódicos *Sete d'Abril* e *Diário do Rio de Janeiro* é, portanto, acessar a lógica de representação das diferentes facções políticas que disputavam o sentido da nação.

O Diário do Rio de Janeiro, tradicional e influente, serviu frequentemente de canal para os interesses dos Restauradores (Caramurus) e, posteriormente, de setores conservadores. Sua linha editorial tendia à manutenção da ordem e à valorização da supremacia monárquica centralizada.

O Sete d'Abril, alinhado ao pensamento dos Moderados (Chimangos), este periódico era porta-voz de um liberalismo que buscava o equilíbrio entre a liberdade e a autoridade. Para este grupo, a moderação não era apenas uma posição, mas uma "visão de mundo" que distinguia o cidadão civilizado do "anarquista".

Estes jornais não eram neutros. Eles participavam ativamente da construção da imagem das províncias na Corte. Quando uma notícia sobre Sergipe atravessava as fronteiras provinciais para figurar nas páginas desses jornais, ela passava por um filtro ideológico. A imprensa, assim, consagrava o espaço público como uma arena onde o vocabulário político, impregnado de termos como "ordem", "anarquia", "liberdade" e "pátria", era utilizado para legitimar ou desautorizar lideranças locais e projetos provinciais.

É no interior desse processo de redefinições institucionais e tensões políticas que se situa a província de Sergipe. Como destaca Maria Thetis Nunes, a trajetória de Sergipe é indissociável do processo macro de consolidação do Estado Imperial. A província, que recentemente conquistara sua emancipação definitiva da Bahia, buscava seu lugar na engrenagem política nacional por meio da atuação de suas elites na Assembleia Provincial e



nas Câmaras Municipais. O interesse local na administração e nas eleições não era apenas regional, mas uma forma de inserção no sistema censitário e político do Império.

Entretanto, para que a análise dos periódicos que narram essa inserção não seja reduzida a uma mera catalogação de fatos, é imprescindível mobilizar o conceito de representação, conforme formulado por Roger Chartier (2002). Segundo o historiador, as representações do mundo social não são reflexos passivos de uma realidade pré-existente, mas sim construções que visam dar sentido ao real e, simultaneamente, impor uma determinada visão de mundo. Ao tratar os jornais da Corte como objetos de estudo, assume-se que as menções a Sergipe são resultantes de "lutas de representação", onde a relevância da província ou a gravidade de seus conflitos internos são determinadas pelos interesses e pela sensibilidade política de quem narra a partir da capital.

Nesse sentido, o discurso impresso possui uma eficácia política própria: ele tem o poder de constituir a identidade de um grupo ou de um território perante os demais. Como afirma Chartier, a representação é também um instrumento de distinção e de poder. Portanto, as páginas desses jornais funcionavam como um palco onde a elite do Rio de Janeiro exercia o seu olhar sobre o "corpo" do Império, decidindo o que deveria ser visibilizado, silenciado ou estigmatizado.

Diante disso, o objetivo deste artigo é mapear as menções à província de Sergipe na imprensa da Corte entre 1831 e 1840. A escolha de Sergipe como recorte espacial justifica-se por sua condição de província recentemente consolidada após a emancipação da Bahia e por sua menor projeção política no cenário imperial, o que permite observar como unidades provinciais fora dos grandes centros eram incorporadas ao debate público fluminense. Parte-se da premissa de que a presença, mais ou menos frequente, de Sergipe nos jornais da Corte constitui um indicador significativo dos temas e contextos que tornavam a província digna de nota, possibilitando analisar os padrões de visibilidade política, administrativa, econômica e social que emergem dessas menções.

Para a realização deste levantamento sistemático, procedeu-se a busca de dados na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que constitui a principal base de fontes primárias desta pesquisa. Inicialmente, o levantamento buscou abranger a totalidade dos jornais que circularam no Rio de Janeiro durante o período regencial. Contudo, a fim de garantir um tratamento analítico mais aprofundado e viabilizar o rigor da pesquisa, optou-se pelo recorte



específico de dois periódicos: o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Sete d’Abril*. A escolha justifica-se não apenas por sua longevidade e amplo alcance na Corte, mas, primordialmente, por representarem polos distintos do espectro político da época, funcionando como instâncias de interpretação de diferentes grupos sobre a realidade provincial.

O processo de busca envolveu o uso de filtros de local de publicação, recorte cronológico (1831–1840) e palavras-chave, tendo o termo "Sergipe" como eixo central. A ferramenta digital da Biblioteca Nacional otimiza a localização das ocorrências, ao identificar a palavra correspondente, o sistema destaca os anos e edições em azul e, no interior do periódico, os termos buscados surgem grifados em verde. Esse recurso visual é fundamental para a precisão do levantamento, permitindo que as notícias referentes à província sejam isoladas em meio ao denso volume de informações da imprensa da Corte.

As notícias identificadas foram submetidas a um tratamento sistemático por meio da ferramenta Zotero. O uso deste software permitiu que cada menção a Sergipe fosse catalogada com etiquetas temáticas e devidamente fichada, registrando-se dados como nome do jornal, data, local de publicação, assunto e o *link* direto da fonte primária. Esse procedimento permitiu um tratamento rigoroso das informações, resultando em uma classificação temática estabelecida a partir da análise preliminar do conteúdo das ocorrências. A definição dos eixos de análise não precedeu o contato com a fonte; ao contrário, as categorias foram delimitadas conforme a natureza das citações e a recorrência dos assuntos nos periódicos.

Assim, as notícias foram organizadas primeiramente em torno das dinâmicas administrativas e políticas, eixo que concentra o maior volume de dados. Nele, destacam-se os registros das sessões da Câmara dos Deputados, do Senado e da Assembleia Geral e Provincial, além de artigos de opinião, comunicações ministeriais e ordens diretas enviadas às autoridades de Sergipe. Complementarmente, isolaram-se as informações relativas ao Judiciário e à Ordem Pública, abrangendo desde o enquadramento de crimes e a atuação da Guarda Nacional até as agitações políticas que ocorriam tanto no interior quanto fora dos limites provinciais, impactando a percepção de segurança na Corte.

A investigação contemplou ainda as dimensões econômicas e regionais, focando na movimentação do porto e na produção agrícola sergipana, sem perder de vista as constantes citações à complexa relação da província com a Bahia. Por fim, catalogaram-se assuntos de natureza diversa que, embora de menor frequência, contribuem para o panorama geral da



visibilidade provincial. Essa estruturação assegura que a análise não se limite a uma contagem quantitativa, mas considere as diferentes instâncias de poder e de sociabilidade que faziam a província de Sergipe ser noticiada e discutida no Rio de Janeiro.

Ao organizar essas fontes, o trabalho busca compreender a imprensa não como uma ferramenta que reflete a realidade provincial, mas como parte ativa na produção de representações que situavam Sergipe no complexo tabuleiro político do Império. O método não se propõe a uma análise discursiva exaustiva de cada matéria, mas a um mapeamento quanti-qualitativo voltado à identificação de padrões de frequência e dos temas que garantiam a Sergipe um espaço na "arena de lutas" da capital. Dessa forma, a pesquisa aponta para o que era dito e, em instâncias específicas, para o modo como essas informações eram veiculadas, o que possibilita inquirir a imagem difundida da província na Corte.

O presente artigo estrutura-se em quatro momentos articulados. Inicialmente, na introdução, discute-se o período regencial (1831–1840) como um momento de intensa experimentação política, apresentando a imprensa da Corte, com destaque para o *Sete d’Abril* e o *Diário do Rio de Janeiro*, como espaço privilegiado de circulação de informações e de disputas discursivas que conectavam o centro às províncias do Império. Em seguida, delimita-se o objeto e o método, explicitando Sergipe como estudo de caso e o procedimento de mapeamento das menções na imprensa.

O segundo momento apresenta o cenário regional, examinando a formação da província, a organização das elites e as disputas de poder locais no contexto pós-emancipação.

O terceiro constitui o núcleo analítico do trabalho, no qual se investigam as formas pelas quais Sergipe foi representada nos jornais da Corte, seja nas disputas políticas, nas referências à dinâmica econômica ou nas tensões expressas pela linguagem periódica. Por fim, a conclusão sintetiza como a imagem da província foi construída no espaço público imperial, evidenciando sua inserção ativa nas engrenagens políticas da Regência.

2 SERGIPE NA REGÊNCIAS



Compreendendo o cenário nacional em primeiro momento, agora é importante elucidar o panorama local. A fim de entender o contexto dos acontecimentos locais e a organização da elite provincial.

Conforme Maria Thetis Nunes (2022), após a derrota da revolução pernambucana, Dom João VI empreendeu uma reforma administrativa visando aliviar as tensões vigentes. Sergipe, por ter permanecido fiel ao monarca recebeu sua emancipação no decreto de 8 de julho de 1820. Contudo, nesse interim eclodiu a Revolução do Porto em Portugal reivindicando a volta do monarca e o juramento a uma constituição. A Bahia aderiu ao movimento, depôs o governador e reincorporou o território sergipano ao seu para não perder as vantagens econômicas com seu abastecimento de carne.

Nesse momento, a luta pela independência iria se confundir com a emancipação sergipana, apontou a historiadora sergipana Nunes (2022). A junta baiana era representada em Sergipe por José de Barros Pimentel, sustentada com o apoio de proprietários portugueses movidos por seus interesses econômicos.

Sabe-se que o movimento de Independência brasileiro não foi inteiramente pacífico. Com a resistência da Bahia, tropas sob o comando de Pedro Labatut foram enviadas para conseguir o apoio a qualquer custo. Antes de seguir a vizinha insurreta passam por Sergipe, levando a adesão a causa do príncipe imperial paulatinamente. Segundo Nunes (2022), a facilidade encontrada deveu-se a ação anterior a chegada das forças legais por parte de João Dantas dos Imperiais Itapicuru que buscou cooptar apoio das vilas a causa da independência.

Pimentel buscou apoio da junta da Bahia, mas ela não conseguiu enviar e diante da chegada das forças legais, ele desiste. Com a retirada de Pimentel, o cenário político em Sergipe sofreu uma rápida transição. O povo, reunido na Câmara de São Cristóvão, aclamou o Imperador e instituiu uma junta governativa liderada por Matheus da Graça Leite Sampaio. No entanto, a estabilidade ainda era frágil, a influência de Pedro Labatut nas questões locais gerou conflitos que culminaram na dissolução da junta e na posterior prisão do próprio Labatut, evidenciando o clima de tensões e personalismos da época.

A consolidação definitiva da autonomia veio em 5 de dezembro de 1822, quando Dom Pedro I ratificou o decreto de seu pai, ordenando que a Bahia respeitasse a emancipação



sergipana. Esse ato foi celebrado com uma nova aclamação ao Príncipe em março de 1823, marcando o início da organização institucional da província.

Contudo, o nascimento da política representativa em Sergipe não foi isento de vícios. As primeiras instruções eleitorais, chegadas ainda em 1823, deram origem a um processo marcado por disputas de poder e tentativas de favorecimento. Como bem define a historiografia local, o sistema representativo sergipano já "amanhecia falseado [...] [pois] a primeira eleição realizada foi desgraçadamente uma burla" (NUNES, [2022], p. [109]), estabelecendo um precedente de prepotência que acompanharia a elite provincial em seus primeiros passos de autonomia.

A inserção de Sergipe na organização do Estado Nacional permitiu à província usufruir da moldura constitucional de 1824, embora em uma situação única: por ser recém-autônoma, possuía demandas urgentes que exigiam um Estado forte. A outorga da Constituição criou o Conselho Geral da Província, instituição que visava garantir ao cidadão o direito de intervir nos negócios locais e auxiliar os presidentes nas ações legislativas. Na prática, porém, essas medidas serviram para definir o papel das elites regionais no sistema imperial, reconhecendo seu poder político nas instituições locais. (ANTÔNIO, 2022)

Segundo Antônio (2022), o topo dessa estrutura administrativa estava o Presidente da Província, cargo criado para manter a ordem e evitar movimentos que ameaçassem a unidade do Império. Nomeados pelo Imperador, esses presidentes eram geralmente forâneos e permaneciam pouco tempo no cargo, uma estratégia para evitar o envolvimento excessivo nas disputas locais. Cabia a eles a difícil tarefa de mediar os interesses da capital com as demandas da elite sergipana, presidindo a Junta da Fazenda Pública e executando a política centralizadora.

A reforma constitucional de 1834, através do **Ato Adicional**, transformou os conselhos em Assembleias Legislativas Provinciais, ampliando a autonomia política e financeira. Entretanto, como aponta Antônio (2022) essa descentralização reforçou a prepotência dos senhores locais, que viam nas Câmaras Municipais e na Assembleia Provincial o meio principal de expressão de sua força.

A política sergipana, inicialmente unida em torno do ideal liberal de emancipação contra a subordinação baiana, sofreu uma mutação após a conquista da independência. Como observa Felisbelo Freire (1891), uma vez alcançada a autonomia em 1824, o grande "princípio formador" desapareceu. O partido que antes representava a aristocracia, e que "pouco



contribuiu para a prosperidade da província”, perdeu espaço para a nova dinâmica partidária. O programa liberal, por sua vez, passou a ter como missão "fiscalizar essa emancipação e defender as garantias das classes populares", constantemente ameaçadas pela prepotência dos poderosos.

Essa tensão entre a fiscalização liberal e o autoritarismo dos detentores do poder levou a episódios de perseguição política, como os sofridos por Fernandes da Silveira e seu secretário Rebouças. A desconfiança pública e os atentados contra as garantias civis tornaram-se a tônica do período regencial, preparando o terreno para o conflito aberto.

A descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834, longe de pacificar a província, acirrou as disputas entre o Partido Liberal (Camundongos) e o Partido Legal (Corcundas). O que antes era uma "calmaria e progresso", como descreve Felisbello Freire (1891), foi minado pelos interesses familiares locais e pela ascensão comercial de Maruim, que ameaçava o prestígio da tradicional Vila de Santo Amaro.

Em 1836, essa tensão atingiu o ponto de ruptura com as eleições para a Assembleia Geral. A fraude foi escandalosa, como detalha Maria Thetis Nunes (2022), a ata falsificada de Lagarto apresentava um número de votos impossível para a época (3.627 votos), garantindo a manutenção de Bento de Mello Pereira no poder através da trapaça. O inconformismo com a "burla" eleitoral, termo que já marcava as eleições sergipanas desde 1823, levou à sedição armada.

O plano rebelde, que contou com o comando de Antônio Luiz de Araújo Maciel (o Patriarca do Serra Negra), foi enfrentado com traição. Enquanto se propunha um armistício, as forças governistas lideradas por Sebastião Gaspar de Almeida Boto invadiram a vila de Santo Amaro desprotegida. O cenário resultante foi de horror, casas saqueadas e fuzilamentos em praça pública. Esse episódio de pilhagem deu origem ao apelido infame do partido governista: os "Rapinas". (FREIRE, 1891)

Embora militarmente derrotados e forçados ao exílio em províncias vizinhas, os revoltosos de Santo Amaro alcançaram uma vitória política sem precedentes. Em 1838, o Governo Imperial reconheceu a fraude e anulou o pleito de 1836, validando a causa dos Camundongos.



O desfecho da Revolta de Santo Amaro encerra o que Freire denominou como a "Era Negra" da regência sergipana. Contudo, as marcas desse período, a confusão entre o público e o privado, a fraude como ferramenta política e a prepotência dos senhores de terra, revelam as profundas "raízes do Brasil" na formação de Sergipe. O sistema representativo, que "amanhecia falseado" na emancipação, consolidava-se como uma arena onde a elite provincial, mesmo sob o signo da violência, precisava agora lidar com o peso da opinião pública e da legitimidade institucional.

2.1 Sergipe na imprensa da corte

A compreensão da trajetória política do Império brasileiro é indissociável da evolução de seus suportes de escrita. Como afirmam Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012), "a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa", sendo esta, simultaneamente, objeto e sujeito da nossa história. No entanto, essa relação não foi linear; ela acompanhou as transformações técnicas e as urgências políticas de um país em formação.

A imprensa régia, estabelecida com a chegada da Corte portuguesa em 1808, marcou o início das impressões em solo brasileiro. Inicialmente, a atividade era marcada por uma dualidade tendo de um lado, a oficialidade da corte e de outro, o pioneirismo externo do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Escrito em Londres para escapar da censura prévia, o periódico de Costa ilustra as limitações da época, onde a circulação de ideias políticas era vigiada e dependente de redes de financiamento por assinaturas que nem sempre se sustentavam.

Com o tempo, os periódicos evoluíram de folhetos rudimentares para estruturas mais complexas. Incorporaram novas técnicas, aumentaram sua periodicidade e expandiram seu alcance, deixando de ser meros registros passivos para se tornarem recursos de legitimação política. Marco Morel (2005) destaca que, no contexto da Independência, a imprensa já atuava como um espaço de debate vibrante, onde "teorias da independência" eram discutidas à luz de autores como o abade De Pradt. Curiosamente, o papel impresso revela que a ruptura total com Portugal não foi a primeira opção, mas um conceito de autonomia construído sob tensão em jornais como o *Reverbero Constitucional Fluminense*.



Para que o jornal seja utilizado como ferramenta de análise histórica, é preciso superar a visão de que ele seria um "depósito de verdades" ou uma "mentira parcial". Tania Regina de Luca (2015) discute essa transição historiográfica, apontando que, até a década de 1970, muitos historiadores — influenciados por visões como a de Jean Glénisson — evitavam os jornais devido à sua "complexidade desanimadora" e às influências ocultas de governos e anunciantes.

A renovação teórica das últimas décadas permitiu que o historiador superasse a busca por uma 'verdade absoluta' nos impressos, passando a decifrar as especificidades desses documentos como campos férteis de disputas de poder. Nesse sentido, as proposições de Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2012) convidam a uma análise que transcende a simples cronologia dos fatos. Para além de registrar acontecimentos, o periódico é compreendido em sua materialidade e trajetória institucional, funcionando como uma janela privilegiada para investigar a cultura política e as tensões de uma época. Assim, o jornal deixa de ser um mero depósito de informações para se tornar um objeto central, capaz de revelar as camadas ocultas da opinião pública e a força dos interesses que moldavam a nação.

Essa abordagem exige o rigor defendido por Rafael Saraiva Lapuente (2015), que alerta: o jornal não é um documento "inocente". Ele está inserido em um jogo de interesses e possui uma dinâmica interna de produção que o historiador deve decifrar para evitar análises superficiais.

É na década de 1830 que a imprensa atinge sua maior virulência e importância como "agente político". Facilitada pela relativa liberdade de expressão e pela prática comum do anonimato, a folha impressa tornou-se a arena central onde diferentes projetos de nação se confrontavam.

Neste período, os jornais e panfletos ultrapassaram a barreira do analfabetismo por meio da leitura em voz alta em espaços públicos, consolidando-se como instrumentos eficazes de mobilização da opinião pública e difusão de cultura política. Conforme observa Marcello Basile (2009), esse dinamismo jornalístico esteve intrinsecamente ligado a um 'notável surto associativo', no qual as principais facções políticas criavam sociedades estruturadas para pressionar o governo e o parlamento.

Enquanto os **Moderados** se articulavam em torno da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, os **Exaltados** buscavam coesão na *Sociedade Federal*.



Em contrapartida, os interesses dos **Caramurus** (restauradores) eram defendidos por agremiações como a *Sociedade Conservadora* e a *Sociedade Militar*.

A eficácia dessa imprensa regencial reside na compreensão de que a política, como propõe René Rémond, não se circunscreve apenas aos limites das instituições formais, como o Parlamento ou os Ministérios. Ela transborda para espaços mais amplos de sociabilidade, transformando o jornal no principal canal de mediação entre a alta política e o espaço público.

Nesse sentido, o periódico não era apenas um reflexo dos debates institucionais, mas o próprio agente formulador e difusor de uma cultura política que ganhava vida nas ruas. Ao converter temas complexos da administração do Império em linguagens acessíveis, e muitas vezes virulentas, a imprensa atuava como o motor da opinião pública, forjando identidades políticas e engajando a sociedade em um debate que, até então, parecia restrito aos círculos de poder. Assim, o jornal operava como o elo que conectava as formulações políticas à realidade social, legitimando ou contestando projetos de nação em uma arena de visibilidade sem precedentes.

Essa perspectiva é corroborada por Marco Morel (2005), que investiga a capital como uma 'cidade imperial' onde o espaço público se consolidou através de uma dinâmica complexa entre a cultura impressa e a oralidade. Morel destaca que a imprensa atuou como um veículo pedagógico na transição para o liberalismo, impulsionada por figuras como o livreiro Pierre Plancher e uma nova classe de 'homens de letras'. Nesse cenário de intensa fluidez, a retórica política não hesitava em utilizar recursos como a 'zoologia política' para demarcar territórios e desqualificar opositores, evidenciando que a formação da esfera pública brasileira, embora restrita a uma elite letrada, era marcada por tensões e pela constante disputa de vocabulários.

Assim, o jornal regencial consolidou-se como um 'fragmento problematizável de uma época' (Antônio, 2021), revelando como esses grupos, embriões dos futuros partidos Liberal e Conservador, utilizavam a força da pena para angariar apoiadores, construir projetos de nação e, estrategicamente, desacreditar seus opositores no debate público."

Dentre os periódicos que circularam na Corte e que servem de base para esta análise, destaca-se o **Diário do Rio de Janeiro**. Fundado em 1º de junho de 1821 por Zeferino Vito de Meirelles, antigo operário da Impressão Régia, o periódico é um testemunho privilegiado das transformações do fazer jornalístico e da própria cidade ao longo de quase seis décadas. Inicialmente concebido como o primeiro jornal informativo do país, possuía um caráter



estritamente utilitário, focado em anúncios de vendas, leilões, movimento do porto e serviços cotidianos.

Nessa primeira década, o rigor apolítico do *Diário* era tamanho que o jornal chegou a ser apelidado popularmente de "Diário da Manteiga", por trazer os preços de gêneros variados, ou "Diário do Vintém". Sua isenção era tamanha que o periódico sequer noticiou a Independência em 1822, limitando-se a publicar editais correlatos. Entretanto, a materialidade do jornal já refletia o amadurecimento técnico da imprensa. Se em 1821 apresentava um formato reduzido e poucas páginas, a década de 1830 exigiu ampliações constantes para comportar a crescente demanda de informações. Essa trajetória é marcada pela transição da *Typographia Real* para a consolidação de sua própria oficina, a *Typographia do Diário*. Tal autonomia permitiu que o jornal acompanhasse a formação da "cidade imperial" descrita por Marco Morel.

Como apontam as resenhas da obra de Morel (Schiavanatto, 2007; Silva, 2005), o *Diário* funcionava como um ponto de intersecção entre a cultura comercial e a formação da opinião pública. Ao listar diariamente desde "livros à venda" até "escravos fugidos" e "telégrafo", o jornal operava na "verticalização" da informação, servindo como canal de mediação entre a vida privada e o laboratório político da Regência. Contudo, a década de 1830 marcou o abandono da neutralidade. Sob a gestão de Nicolau Lobo Vianna, a tipografia do jornal envolveu-se no combate aos "pasquins difamatórios" jacobinos, editando folhas da facção conservadora e restauradora (*Caramurus*), como *A Trombeta* e *O Verdadeiro Caramurú*.

Essa virada partidária inseriu o jornal em um cenário de extrema virulência. Em 1832, após publicar textos hostis a Evaristo da Veiga, o periódico sofreu um atentado coletivo e empastelamento por populares que, ironicamente, davam vivas à liberdade enquanto destruíam seus utensílios. É nesse contexto de tensões que o manifesto "Ao Público" de 1838 ganha relevância, no qual o editor celebra a longevidade da folha frente a perseguições e reafirma a defesa da ordem constitucional.

A presença de colaboradores ilustres como José de Alencar, jovem escritor que ali iniciou a publicação de seus romances em folhetins, como *O Guarani*, além de Quintino Bocaiuva, que mais tarde se tornaria uma das lideranças do republicanismo, e Saldanha Marinho, também vinculado às fileiras liberais e republicanas, consolidou a figura do "homem de letras". Esses redatores transformaram a imprensa em um veículo pedagógico e formador de identidades. Assim, observa-se como o *Diário do Rio de Janeiro* deixou de ser um "curioso



diário" para se tornar um agente político ativo, onde a modernidade liberal era forjada em meio a anúncios de leilões e disputas de facções.

Se o *Diário do Rio de Janeiro* representava a longevidade e a adaptação, o periódico **O Sete d'Abril** (1833-1839) exemplifica a imprensa de combate surgida no "grande laboratório" da Regência. Seu próprio título é uma homenagem a data da abdicação de D. Pedro I, evento que o jornal descreve em sua edição inaugural como um "espectaculo de uma revolução" concedido pela Providência ao Império. (O SETE D'ABRIL, 1833, p. 1)

Diferente do caráter utilitário inicial de outros periódicos, *O Sete d'Abril* apresentava um credo político bem definido de linha liberal moderada. Baseado na defesa da Ordem Constitucional e dos direitos do jovem D. Pedro II. Dirigido e redigido por Francisco do Rego Barros, futuro Barão de Beberibe, o jornal contava com a orientação direta do influente estadista Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos principais líderes do grupo regressista na década de 1830, servindo como um braço ideológico para a manutenção da Regência e o abafamento das revoltas que eclodiam na nação.

A estrutura do periódico refletia o dinamismo das disputas de poder, circulando pela *Typographia Americana*, iniciou suas atividades com publicações às terças-feiras e sábados, tornando-se diário apenas em 1839, quando o período regencial já dava sinais de esgotamento. No campo da "zoologia política" e do combate retórico, o jornal estabelecia fronteiras rígidas. Enquanto considerava moderados e exaltados como "patriotas mais ou menos insofridos", reservava aos "anarquistas" e "caramurus" (restauradores) um tratamento de "escravos que carecem de rigor para conter-se".

A evolução do periódico revela o uso estratégico de correspondências, artigos e anúncios oficiais, que se tornaram mais frequentes a partir de 1836, como ferramentas de "mediação entre a alta política e o espaço público" proposta por René Rémond (2003). O jornal não apenas noticiava, mas promovia reflexões anuais sobre o estado da nação, utilizava recursos gráficos para atrair o olhar e expandia suas colunas para comportar os debates sobre as províncias, travando embates memoráveis contra folhas rivais, como *O Republico*.

Ao cruzar a trajetória do *Diário do Rio de Janeiro* com a militância de *O Sete d'Abril*, esta pesquisa fundamenta o jornal não apenas como fonte, mas como um agente ativo e formulador. Como aponta Iara Lis Schiavinatto (2007), esses periódicos demonstram o vigor da esfera pública brasileira, onde a "modernidade política" não era um processo linear, mas



construída em meio a fluxos e refluxos de tensões, convivendo entre a cultura oral dos rumores e a cultura impressa dos manifestos.

Dessa forma, ao analisar os periódicos selecionados para este estudo, busca-se não apenas o que eles informam, mas como eles atuam como engrenagens desse "grande laboratório" político, confirmando sua potencialidade como instrumentos da cultura oitocentista.

A documentação levantada nos periódicos da Corte revela que Sergipe não circulava no espaço público como uma província invisível ou periférica, mas como unidade constantemente observada, avaliada e debatida. Contudo, essa visibilidade não se estruturava a partir de descrições sociais amplas ou de representações culturais da vida provincial. Ao contrário, a província emerge majoritariamente como problema administrativo, como questão institucional e como objeto de escrutínio político. Sergipe aparece vinculada reiteradamente à Câmara dos Deputados, ao Senado, à Assembleia Geral e à própria Assembleia Provincial, quase sempre mediada por expedientes formais com envio de atas eleitorais, pareceres de comissões, requerimentos, comunicações ministeriais, respostas a interpelações parlamentares e relatórios presidenciais.

Essa forma de aparição não é neutra. Ela constrói uma imagem específica da província. Menos como corpo social autônomo e mais como engrenagem administrativa inserida na máquina imperial. Sergipe surge integrada a uma rede burocrática que a conecta continuamente ao centro político. A sua presença no noticiário se dá, sobretudo, quando algo exige validação, correção, fiscalização ou intervenção. Assim, a imprensa da Corte não apenas informa sobre a província; ela a reinscreve simbolicamente como espaço cuja governabilidade depende da mediação e, muitas vezes, da tutela do poder central.

Essa presença, contudo, não se esgotava nos grandes debates parlamentares; ela se manifestava em uma capilaridade de registros cotidianos que revelam a província plenamente integrada às dinâmicas da capital. Economicamente, Sergipe é reafirmada como polo açucareiro estratégico, evidenciado pela busca constante por fretes de até 150 caixas de açúcar e pela venda de insumos como a sizalha via Tribunal do Tesouro. A mobilidade humana — registrada tanto no despacho de imigrantes europeus (portugueses, alemães e franceses) para a província quanto nos anúncios de escravizados fugidos naturais dos sertões sergipanos — expõe as contradições de uma sociedade que atraía mão de obra livre enquanto lidava com a resistência ao sistema servil. Até mesmo curiosidades sobre a longevidade excepcional de



habitantes de Socorro e da capital, ou o potencial mineral de Itabaiana, circulavam como notas de rodapé da vida imperial. Tais registros oferecem a base material para que a província emergisse, conforme discutido adiante, como um espaço simbólico de disputa sobre a legalidade e o liberalismo.

Entre os temas recorrentes, a crise fiscal constitui o eixo mais consistente e estrutural da representação. As notas reiteram a falta de numerário, a dificuldade de pagamento de tropas, o atraso nos vencimentos de funcionários e o estado de “total privação” do Tesouro provincial. A fragilidade financeira não aparece como episódio isolado, mas como condição prolongada. Entretanto, o discurso não a apresenta exclusivamente como resultado de limitações econômicas estruturais. Ao contrário, a narrativa frequentemente associa a crise à desordem administrativa e à deficiência de fiscalização. A má arrecadação das alfândegas, a discrepância entre o volume do comércio e a receita efetivamente recolhida, a identificação de recibos falsificados e a menção a prejuízos ao erário sugerem que o problema financeiro é moralizado. A província não é apenas pobre; ela é mal administrada.

Essa dimensão moral da crise fiscal é fundamental. Ao enfatizar irregularidades, prevaricação e falhas na arrecadação, os periódicos transformam a questão econômica em argumento político. O envio de papel-moeda no novo padrão e de suprimentos mensais pelo governo imperial reforça a imagem de dependência e tutela. O centro aparece como instância ordenadora que corrige desvios e socorre a província. Contudo, essa intervenção também revela que Sergipe estava plenamente integrada ao circuito fiscal e monetário do Império. A dependência não implicava exclusão; implicava inserção subordinada.

No plano econômico mais amplo, a exportação de açúcar ocupa posição central. A insistência nos padrões de qualidade das caixas, no controle de acondicionamento e na circulação do produto demonstra preocupação com a inserção comercial da província. Ao mesmo tempo, a dependência dos portos baianos surge como dado estrutural reiterado. A imprensa da Corte registra essa dependência sem transformá-la em denúncia aberta. O silêncio é significativo. Embora discursos presidenciais mencionem prejuízos decorrentes dessa subordinação logística, os periódicos analisados não ecoam explicitamente essa insatisfação como bandeira política. A subordinação comercial aparece naturalizada, como componente ordinário da economia regional.

Essa naturalização sugere que, no espaço discursivo da Corte, a dependência de Sergipe em relação à Bahia não constituía problema prioritário. Ao contrário, a preocupação central



desloca-se para a ordem política e administrativa. A precariedade das barras de Cotinguiba e Rio Real, bem como a indefinição orçamentária para obras de melhoria da navegação, aparecem como entraves ao desenvolvimento, mas não como catalisadores de conflito aberto. A economia provincial é retratada como funcional, embora limitada.

Se a fragilidade fiscal e econômica compõe o pano de fundo estrutural, é na esfera política que a representação de Sergipe adquire maior intensidade. As eleições entre 1836 e 1839 transformaram a província em arena nacional de disputa. A morte de João Teixeira da Motta Bacellar e a subsequente necessidade de validação do substituto já indicavam o grau de formalização do processo representativo. A análise do diploma de Manoel Dias de Toledo demonstra que a legitimidade eleitoral não se encerrava na votação provincial; ela dependia do parecer do Parlamento. O envio reiterado de atas e sua apreciação pela Comissão de Constituição e Poderes revelam que o centro político assumia função de árbitro permanente.

A crise atinge novo patamar quando o Senado qualifica o processo eleitoral como “tumultuário” e denuncia crescimento abrupto do número de eleitores. A acusação de fraude sistemática das eleições de 1836 extrapola a irregularidade pontual e questiona a própria base censitária do regime representativo. Nesse momento, Sergipe deixa de ser apenas objeto administrativo e torna-se símbolo de crise institucional. A anulação das eleições pelo Executivo, criticada como ato “ilegal e impolítico”, insere a província no debate mais amplo sobre separação de poderes. O conflito não se limita à província; ele serve como argumento retórico para discutir os limites da intervenção ministerial e a autonomia do Legislativo.

A imprensa participa ativamente dessa disputa. O Sete d’Abril, com perfil mais combativo, mobiliza a experiência sergipana para sustentar críticas ao afrouxamento do “laço federativo” promovido pelo Ato Adicional de 1834. Ao inserir Sergipe ao lado de outras províncias agitadas, o periódico constrói narrativa que associa descentralização à desordem. Já o Diário do Rio de Janeiro tende a enfatizar a tramitação formal dos processos, reproduzindo pareceres e debates parlamentares com tom menos inflamado, mas igualmente revelador da centralidade do tema.

A dimensão da violência política atravessa essa conjuntura. O assassinato de Manoel Joaquim Fernandes de Barros é noticiado como evento criminal, mas a memória historiográfica posterior o associa a rivalidades partidárias envolvendo Sebastião Gaspar de Almeida Boto. O descompasso entre o registro imediato e a interpretação posterior evidencia como a imprensa



contemporânea pode silenciar ou atenuar dimensões políticas de determinados eventos. O fato é narrado; suas implicações mais profundas nem sempre são explicitadas.

Os conflitos envolvendo Boto ilustram o grau de personalização das disputas. Acusações de fraude eleitoral, manipulação de colégios e envolvimento em violências são respondidas com números, justificativas e contra-acusações. A retórica agressiva, marcada por sátiras e ataques pessoais, revela ambiente político no qual a desqualificação do adversário era prática corrente. Sergipe aparece como campo de batalha discursivo. Sua imagem oscila entre bastião da legalidade — especialmente durante a Sabinada, quando se exalta a recusa em aderir ao movimento baiano — e espaço de anarquia iminente.

Essa oscilação compõe a ambivalência central da representação provincial. Nos momentos de crise regional, Sergipe é exaltada como reserva moral do Império, capaz de enviar forças e manter fidelidade ao trono. Em outros contextos, é mobilizada como exemplo de falha administrativa e irregularidade eleitoral. A mesma província serve a argumentos opostos, dependendo da posição política do redator ou do orador parlamentar.

Os relatórios presidenciais reforçam essa ambiguidade. Ao mesmo tempo em que proclamam lealdade ao monarca e tranquilidade pública, reconhecem precariedade judicial, ausência de juízes efetivos, desorganização da secretaria e necessidade de reorganização do ensino. A criação de cargo de arquivista, a proposta de estabelecimento de ensino secundário e as queixas sobre funcionamento irregular dos tribunais demonstram consciência das fragilidades estruturais. Entretanto, tais fragilidades são frequentemente atribuídas à indisciplina social e à impunidade, não a divisões ideológicas profundas.

A Guarda Nacional aparece como instrumento fundamental de manutenção da ordem, mas sua eficácia é limitada por falta de recursos. O contingente existente contrasta com a escassez de armamentos e fardamento. Debates sobre recrutamento e substituições pagas revelam resistência social às medidas coercitivas. Assim, a ordem provincial dependia de aparato que nem sempre dispunha dos meios necessários.

As celebrações do aniversário de D. Pedro II oferecem contraponto simbólico. Iluminações, *Te Deum* e representações teatrais projetam imagem de coesão e fidelidade. Em meio às crises eleitorais e às dificuldades fiscais, esses rituais reafirmam pertencimento ao corpo imperial. A imprensa registra tais eventos como demonstrações de lealdade, contribuindo para consolidar narrativa de unidade.



O conjunto das menções evidencia que Sergipe ocupava posição ambivalente no imaginário político regencial. Era economicamente frágil, mas estrategicamente relevante; dependente financeiramente, mas integrada ao circuito fiscal; leal em crises externas, mas turbulenta em disputas eleitorais; administrativamente desorganizada, mas simbolicamente mobilizável como exemplo em debates nacionais. A província não aparece como espaço isolado, mas como laboratório no qual se projetavam tensões estruturais do Império: centralização e descentralização, autonomia provincial e tutela ministerial, legalidade formal e prática política concreta.

Essa ambivalência, mais do que qualquer episódio isolado, constitui o elemento mais significativo da sua representação na imprensa da Corte entre 1831 e 1840. Sergipe não é apenas cenário; é argumento. Não é apenas objeto administrativo; é recurso político. Sua imagem pública se constrói na interseção entre fragilidade estrutural e instrumentalização retórica, revelando como a imprensa periódica participava ativamente da definição dos significados da ordem, da autoridade e da legitimidade no Brasil regencial.

Se até aqui a representação de Sergipe se organiza em torno da crise fiscal, das disputas eleitorais e da ambivalência política, a incorporação dos discursos de abertura da Assembleia Provincial amplia significativamente o horizonte interpretativo. Quando esses pronunciamentos são reproduzidos na imprensa da Corte, especialmente em *O Sete d’Abril*, não funcionam apenas como relatórios administrativos; tornam-se peças de circulação nacional, sujeitas a leitura, avaliação e enquadramento político. A autoimagem que a província projeta de si mesma passa, assim, a integrar o debate público imperial.

Nos discursos presidenciais, observa-se esforço reiterado de construir narrativa de equilíbrio entre reconhecimento de dificuldades e afirmação de estabilidade. A fórmula é recorrente: admite-se precariedade administrativa, mas reafirma-se o “sossego público”; reconhecem-se crimes no interior, mas sustenta-se a fidelidade ao trono e às instituições. Essa estratégia retórica revela preocupação central com a imagem política da província. A ordem não é apresentada como fato incontestável, mas como valor a ser constantemente reafirmado.

A ênfase na “boa harmonia” entre Executivo e Legislativo provincial adquire significado particular quando cotejada com as crises eleitorais discutidas na Corte. Enquanto no Parlamento imperial se debatia a legitimidade das eleições sergipanas e a eventual interferência ministerial, os discursos provinciais proclamavam cooperação institucional e respeito à Constituição. Essa discrepância evidencia a existência de planos discursivos



distintos. O plano local, que busca consolidar autoridade e estabilidade; e o plano nacional, no qual Sergipe é mobilizada como argumento em disputas sobre separação de poderes.

Outro aspecto que merece aprofundamento é a linguagem empregada para descrever conflitos. A recorrência de termos como “facções”, “anarchizadas”, “reações contra o Governo” e “desordem” insere Sergipe no vocabulário político típico da Regência. Não se trata apenas de descrição factual de conflitos, mas de enquadramento moral e ideológico. Ao qualificar adversários como facciosos ou anárquicos, os redatores e autoridades delimitam fronteiras simbólicas entre legalidade e subversão. A província torna-se palco de luta semântica, na qual definir o adversário equivale a afirmar legitimidade própria.

Nesse sentido, a cobertura de episódios vinculados à Sabinada é particularmente reveladora. Ao destacar a recusa sergipana em aderir ao movimento baiano e o envio de forças para auxiliar na repressão, a imprensa constrói imagem de Sergipe como bastião do sistema dinástico. A província, antes apresentada como fragilizada financeiramente e administrativamente instável, surge como reserva moral do Império. Essa inflexão demonstra que a representação provincial é altamente contingente dependente do contexto e da função argumentativa que se pretende desempenhar.

A análise do sistema de arrecadação provincial permite ainda aprofundar a compreensão da crise fiscal. A falência do modelo de arrematação de impostos em diversas freguesias, a ausência de licitantes e a necessidade de o governo assumir diretamente a cobrança revelam que o problema não se limitava à escassez de receita, mas envolvia colapso de mecanismos tradicionais de financiamento. A dificuldade nas execuções fiscais e a lentidão judicial agravam o quadro, produzindo círculo vicioso entre inadimplência, precariedade administrativa e incapacidade de investimento público. Assim, a crise fiscal deve ser entendida como crise de governabilidade.

No campo educacional, a defesa da criação de um Lycéo ou Athenéo e a valorização do método de ensino mútuo indicam preocupação com formação das elites locais e homogeneização doutrinária. A educação aparece vinculada à construção da ordem. Reformar o ensino significava não apenas elevar o nível cultural, mas disciplinar socialmente a província. A imprensa que reproduz esses debates insere Sergipe no projeto civilizatório mais amplo do Império, evidenciando que a questão provincial também era pensada em termos de modernização institucional.



A dimensão religiosa igualmente merece destaque. A preocupação com o “esplendor do culto” e a manutenção das igrejas indica que a moral pública era concebida como pilar da estabilidade social. Ao registrar pedidos de recursos para sustento de párocos e conservação de templos, os periódicos reforçam a associação entre religião, ordem e autoridade. A fidelidade ao trono articula-se simbolicamente à preservação do culto católico, compondo imaginário de coesão imperial.

No plano infraestrutural, as referências às barras de Cotinguiba e Rio Real e à construção de atalaia para facilitar navegação revelam consciência de que a integração econômica dependia de investimentos materiais. O abandono dessas estruturas não era apenas obstáculo comercial; era sinal de vulnerabilidade estratégica. Melhorar portos e estradas significava garantir fluxo de mercadorias e tropas em contexto de revoltas regionais. Assim, infraestrutura e segurança aparecem interligadas.

A articulação entre esses múltiplos eixos — fiscal, eleitoral, judicial, militar, educacional e religioso — evidencia que Sergipe funcionava como microcosmo das tensões regenciais. A província concentrava, em escala reduzida, os dilemas do Estado imperial: como conciliar autonomia provincial e autoridade central? Como garantir legalidade formal diante de práticas eleitorais contestadas? Como sustentar financeiramente a máquina pública em contexto de instabilidade? Como manter ordem sem dispor de aparato plenamente estruturado?

A imprensa da Corte, ao dar publicidade constante a esses temas, não apenas informava sobre Sergipe; ela contribuía para produzir a própria percepção de que a governabilidade provincial era questão nacional. A repetição de debates, a publicação de pareceres e a circulação de discursos transformaram a província em referência recorrente nas discussões sobre legalidade constitucional e funcionamento do regime representativo.

Dessa forma, a representação de Sergipe entre 1831 e 1840 ultrapassa a condição de registro episódico. Ela integra dinâmica mais ampla de construção simbólica do Estado imperial. A província é simultaneamente objeto de vigilância administrativa, campo de disputa eleitoral, exemplo retórico em debates parlamentares e demonstração de lealdade monárquica em momentos de crise. Essa multiplicidade não indica incoerência, mas revela a plasticidade do discurso político regencial.

CONCLUSÃO



A análise das menções à província de Sergipe nos periódicos Sete d’Abril e Diário do Rio de Janeiro permitiu compreender como o centro político do Império construía e consumia a imagem das unidades provinciais. A documentação catalogada revela um Sergipe que, entre as décadas de 1830 e 1840, ocupava um lugar estratégico e, por vezes, turbulento no imaginário político da Corte. O panorama geral é de uma província marcada por uma "instabilidade institucional crônica", onde a política não se restringia aos debates parlamentares no Rio de Janeiro, mas transbordava para conflitos armados no interior sergipano.

As fontes evidenciam que a percepção da Corte sobre Sergipe era dual: por um lado, a província era estigmatizada como um território de "anarquia" e fraudes eleitorais em vilas como Maruim e Santo Amaro das Brotas; por outro, era celebrada como um bastião de lealdade monárquica ("baluarte legalista") ao resistir às investidas da Sabinada baiana. Esse cenário, atravessado pela forte presença do clero e por uma elite econômica empenhada na exportação de açúcar, demonstra que a autonomia sergipana era um projeto em constante negociação, tanto no campo das armas quanto no campo discursivo da imprensa.

Em última análise, este estudo reafirma a tese de que os jornais da Corte não apenas "noticiavam" Sergipe, mas a "inventavam" para o público fluminense, filtrando as tensões locais sob a ótica da manutenção da Ordem e do Império. Conclui-se que Sergipe, apesar de sua pequena extensão territorial, foi um laboratório essencial para as experiências políticas da Regência, servindo como espelho das contradições de um Brasil que buscava conciliar o liberalismo com a estrutura escravista e centralizadora.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Samuel. **“Escrita de si na História de Sergipe de Felisbello Freire”**. Revista do IHGSE, n. 49, 2019, p. 273-290.

ALBUQUERQUE, Samuel. **Thetis, a montanha e as moscas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 53, p. 125-136, 2023.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **Xícaras, tutu e uma província em lágrimas: política e disputas eleitorais em Sergipe nas páginas do Sentinella da Monarquia**. In: SERGIPE diálogos de história, memória e política. 1. ed. Curitiba brasil: CRV, 2021. v. 1, cap. 3, p. 53-68. ISBN 978-65-251-0821-6.



ANTÔNIO, Edna maria matos; MALAQUIAS, Carlos. **Revisitando Sergipe oitocentista: fontes históricas e novos temas de pesquisa**. 1. ed. Aracaju: SEDU- C, 2022. 130 p. v. 1. ISBN 978-65-5371-136-5.-

BASILE, Marcello- **O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)**. Em Grimberg, Kélia & Salles, Ricardo (organizadores), O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989** /Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

DAVIS, N. Zemon. **“Las formas de la historia social”**. História Social, Barcelona, n1 (primavera-verão 1991)

DANTAS, Ibarê. **A Política em Sergipe Provincial (1820-1889)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n. 46, p. 33-42, 2016.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909): O Patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: criação, 2009.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, cap. 5, p. 111-154. ISBN 978-85-7244-297-8

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typografia do Diário, [1821-1878]. Diária. Mudança de tipografia: Typ. Nacional; Typ. Regia Imprensa Nacional; Imprensa do Diário; Typ. do Diário.

FISCHER, Jeff. ***Electoral conflict and violence: a strategy for study and prevention***. Washington, D.C.: IFES, 2002. (IFES White Paper, 2002-01).

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 3 ed.- São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Edição do Estado de Sergipe; Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti & C., 1925.

KLAFKE, Álvaro Antônio; ARCE, Ana Inés. **O “escritor público”: imprensa e constituição do Estado no Brasil imperial**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2008. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2008

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Imprensa como Fonte**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.



LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, censura e propaganda no contexto da Independência do Brasil**. Estudos, v. 18, n. 36, p. 370-393, jul./dez. 2010.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 201 p.

MARTINS, Ângela Maria Roberti. **Por uma história política** [Resenha de: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997. 472 p.]. ERJ-IFHC - Mestrado em História, [s. l.], ano II, n. 2, p. 167-170, [199-?].

MIRANDA, Tiago C. dos Reis. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/ Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. v. 1) . Publicado em: R. História, São Paulo, n. 121, p. 149-154, ago./dez. 1989.

MIRANDA, Sílvia Luiza. **O Sete d'Abril**. Rio de Janeiro: BNDigital, [20--]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-sete-dabril/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MIRANDA, Sílvia Luiza. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: BNDigital, [20--]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 27 fev. 2026

MOREL, Marcos, **Independência no papel: a imprensa periódica**. In: JANCSÓ, István (org.). Independência: história e historiografia, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

MOREL, Marcos, **O período das regências**, (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NASCIMENTO, Afonso. **Ibarê Dantas e a política sergipana (I)**. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/4889>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2026.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. 2. ed. Aracaju: SEDUC, 2022. 430 p. v. 1. ISBN 78-65-5371-176-1.

O SETE D'ABRIL. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1833-1839. 2 vezes por semana. "O Sete d'Abril, tendo por fim defender a Constituição Política do Brasil e os Direitos do Imperador e Senhor D. Pedro II". Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709476>. Acesso em: 21 fev. 2026.

VIANA, Hélio, **Primeiro reinado e regência**. Centro de documentação do pensamento brasileiro. 2013

REIS, Andréa Ermantina. BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991 [Resenha]. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 303-308, jul./dez. 1994

RENÉ, Rémond (org.). Por uma história social. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Sidnei Vieira dos. **Uma abordagem historiográfica sobre a revolta de Santo Amaro**. Orientador: Prof. Dra. Edna Maria de Matos Antônio. 2018. Tese (Licenciatura plena em História) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018. f. 30.



SCHETTINI, Cristiana. **O gênero da história social de Natalie Zemon Davis**. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 41, e25089, 2024. Disponível em: [inserir link se houver]. Acesso em: 22 maio 2024.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Resenha de: MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 147-152, jan. 2007

SILVA, Daniel Afonso da. Morel, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005. *Almanack Braziliense*, n. 02, p. 139-142, nov. 2005.

SILVA, Maria Isabel Ladeira. **O liberalismo e a evolução das tendências e grupos políticos na primeira metade do século XIX**. Departamento de História. 2017.

SILVA, Kalina Wanderley. SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. 438 p.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Memorial Político da Província de Sergipe**. Organização e notas de Luiz Antônio Barreto. Aracaju: EdUFS; Itotira, 2004.

